file:///D:/Users/Murillo/Downloads/Chris%20Wickham%20-%20Eu...
Chris Wickham - Europa Medieval-Edições 70 (2019).pdf
24/03/2024, 13:47
1 de 251

Título original:
Medieval Europe

© 2016 by Christopher Wickham

Originalmente publicado por Yale University Press

Tradução: Marian Toldy e Teresa Toldy
Revisão: Sofia Moura
Capa de FBA
Imagem de capa © Classic Image /Alamy/Fotobanco.pt

Depósito Legal n.º 461092/19

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

WICKHAM, Chris

Europa medieval. - (História narrativa)
ISBN 978-972-44-2164-3

CDU 94(4)"04/14"

Paginação:
Aresta Criativa – Artes Gráficas

Impressão e acabamento:
Pentaedro, Lda.
para
EDIÇÕES 70
setembro de 2019

Direitos reservados para Portugal por Edições 70

EDIÇÕES 70, uma chancela de Edições Almedina, S.A.
LEAP CENTER – Espaço Amoreiras
Rua D. João V, n.º 24, 1.03 – 1250-091 Lisboa – Portugal
e-mail: editoras@grupoalmedina.net

www.edicoes70.pt

Esta obra está protegida pela lei. Não pode ser reproduzida,
no todo ou em parte, qualquer que seja o modo utilizado,
incluindo fotocópia e xerocópia, sem prévia autorização do Editor.
Qualquer transgressão à lei dos Direitos de Autor será passível
de procedimento judicial.

CHRIS WICKHAM

EUROPA MEDIEVAL

70

file:///D:/Users/Murillo/Downloads/Chris%20Wickham%20-%20Eu...

Índice

Ilustrações e mapas 9
Agradecimentos 13

CAPÍTULO 1. Um novo olhar sobre a Idade Média 23
CAPÍTULO 2. Roma e os seus sucessores ocidentais, 500-750. 53
CAPÍTULO 3. Crise e transformação no Leste, 500-850/1000 83
CAPÍTULO 4. A experiência carolíngia, 750-1000 107
CAPÍTULO 5. A expansão da Europa cristã, 500-1100 133
CAPÍTULO 6. Reconfiguração da Europa Ocidental, 1000-1150 159
CAPÍTULO 7. O longo período da expansão económica, 950-1300 189
CAPÍTULO 8. As ambiguidades da reconstrução política, 1150-1300 217
CAPÍTULO 9. 1204: o fracasso das alternativas 257
CAPÍTULO 10. Definindo a sociedade: género e comunidade na Baixa Idade Média 279
CAPÍTULO 11. Dinheiro, guerra e morte, 1350-1500 311
CAPÍTULO 12. Repensar a política, 1350-1500. 345
CAPÍTULO 13. Conclusão 369

Notas 377
Bibliografia 421
Índice Remissivo 459

Chris Wickham - Europa Medieval-Edições 70 (2019).pdf

24/03/2024, 13:47

2 de 251

file:///D:/Users/Murillo/Downloads/Chris%20Wickham%20-%20Eu...
Chris Wickham - Europa Medieval-Edições 70 (2019).pdf
24/03/2024, 13:47
3 de 251

Ilustrações e mapas

Ilustrações

1 Díptico de marfim de Severino Boécio, 487. Museu Civico Cristiano, Bréscia, Itália/Bridgeman Images.
2 Batistério de São João, Poitiers, século VI. © Nick Hanna/Alamy Stock Photo.
3 Coroa votiva de Recesvinto, década de 660. © Prisma Archivo/Alamy Stock Photo.
4 Santa Sofia (Hagia Sophia), Constantinopla (atual Istambul), década de 530. Fotografia de Leslie Brubaker.
5 Corão de Birmingham, décadas de 640 e 650, aproximadamente, páginas 2 (frente) e 1 (verso). Universidade de Birmingham.
6 Reconstrução da sala de receção dos califas omíadas de Córdoba, em Medina Azara, na década de 950.
7 Interior da capela do palácio de Carlos Magno, em Aachen, cerca de 800.
8 Manual jurídico dos francos, décadas de 850 a 870, Biblioteca de Herzog August em Wolfenbüttel, Cod. Guelf. 229 Gud. lat. © Herzog August Bibliothek Wolfenbüttel (http://diglib.hab.de/mss/299-gut-lat-/start.htm).
9 Evangelho de Lindisfarne, inícios do século VIII. Biblioteca Britânica (Cotton MS Nero, D.IV, f. 139).
10 Igreja de madeira em Heddal, Noruega, século XIII.
11 Portas de bronze da Catedral de Gniezno, finais do século XII. © Jan Wlodarczyk/ /Alamy Stock Photo.
12 Rocca San Silvestro, Toscana, século XIII. Ventodiluna.
13 Mosaico da abside de São Clemente, Roma, aproximadamente 1118. © image-BROKER/Alamy Stock Photo.

14 Catedral de Pisa, final do século XI e início do século XII. M&M Photo.
15 Castelo de Gante, final do século XII. © Alpineguide/Alamy Stock Photo.
16 Hotel Shakespeare, Stratford-upon-Avon, séculos XIII a XVI. © Mark Beton/ /Inglaterra/Alamy Stock Photo.
17 Catedral de Notre-Dame, Paris. Peter Bull.
18 Pergaminho do final do século XII. Arquivo Nacional, Londres.
19 Estátuas de Ekkehard de Meissen e Uta de Ballenstadt, Catedral de Naumburgo, meados do século XIII. © VPC Travel Photo/Alamy Stock Photo.
20 *O Sonho de Inocêncio III*, fresco de Giotto di Bondone, Igreja de São Francisco de Assis, década de 1290. Bridgeman Images.
21 Porta Norte (Istambul) da cidade de Niceia (Iznik, Turquia), romana até ao início do século XIII. EBA.
22 A Ressurreição, Kariye Camii (Igreja de São Salvador em Chora), Constantinopla (Istambul), aproximadamente 1320. QC.
23 Rumeli Hisari (Castelo da Rumélia), 1452. © www.123fr.com/rognar.
24 Igreja da Intercessão do rio Nerl, Oblast de Vladimir, aproximadamente 1160. © www.123rf.com/Elena Shchipkova.
25 *Santa Ana Ensina a Virgem a Ler*, iluminura de manuscrito francês, década de 1430. Museu de J. Paul Getty, Los Angeles, Ms. 5, p. 45 verso. Imagem digital por cortesia do Programa de Conteúdo Aberto do Museu de J. Paul Getty.
26 *Efeitos do Bom Governo na Cidade*, de Ambrogio Lorenzetti, Palácio Público, Siena, 1338-1339. Fondazione Musei Senesi.
27 *Egil Skallagrimsson*, ilustração, provavelmente da autoria de Hjalti Þorsteinsson, de um manuscrito islandês, século XVII, AM 426, p. 3 verso. Fotografia de Jóhanna Ólafsdóttir, cortesia do Instituto de Estudos Islandeses de Árni Magnússon.
28 Campanário de Bruges, década de 1480. © Jank1000 | Dreamstime.com.
29 Ponte de Carlos, Praga, final do século XIV. Book Travel Prague.
30 Pátio das Donzelas, Alcáceres, Sevilha, década de 1360. © funkyfood Londres – Paul Williams/Alamy Stock Photo.
31 Enea Silvio Piccolomini eleito pelo Concílio de Basileia, década de 1500. Biblioteca de Piccolomini, Catedral de Siena, Itália/F. Lensini, Siena/Bridgeman Images.
32 Praça principal de Pienza, Toscana, 1459-1462. © Siephoto/Masterfile.

Mapas

1 Europa em 550.
2 Europa Ocidental em 850.
3 Europa Oriental em 850.
4 Europa Ocidental em 1150.
5 Europa Oriental em 1150.
6 Europa Ocidental em 1500.
7 Europa Oriental em 1500.

file:///D:/Users/Murillo/Downloads/Chris%20Wickham%20-%20Eu...
Chris Wickham - Europa Medieval-Edições 70 (2019).pdf
24/03/2024, 13:47
4 de 251

file:///D:/Users/Murillo/Downloads/Chris%20Wickham%20-%20Eu...

Agradecimentos

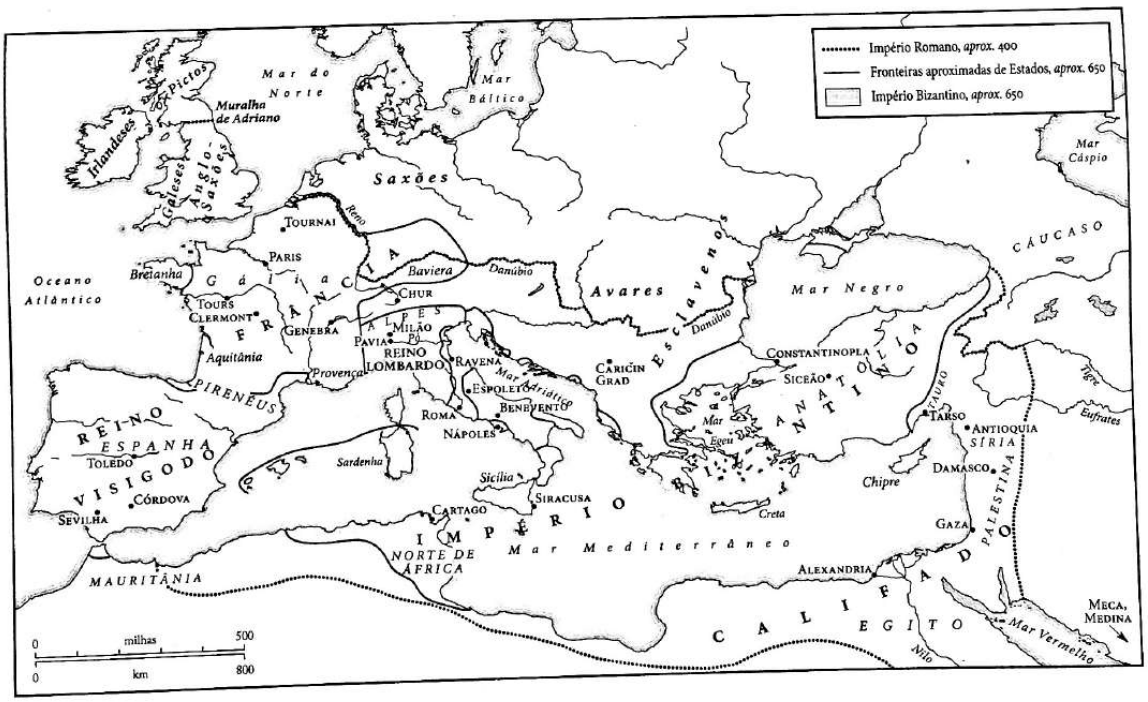
Em primeiro lugar, quero agradecer a Heather McCallum, que sugeriu que eu escrevesse este livro e que acabou por me persuadir a fazê-lo. Ela também fez uma revisão crítica dos projetos do mesmo, o que constituiu uma verificação constante dos factos. Leslie Brubaker leu o livro todo e apontou claramente as alterações que deveriam ser feitas. O mesmo se diga de duas leitoras de Yale que constituíram uma grande ajuda para mim. Muitos outros amigos leram partes do livro: Pat Geary e Mayke de Jong leram os Capítulos 1 a 6, Lesley Abrams leu o Capítulo 5, Chris Dyer leu o Capítulo 7, John Arnold leu o Capítulo 8, Robert Swanson leu o Capítulo 10, Lyndal Roper leu os Capítulos 10 a 12, John Watts leu os Capítulos 11 e 12. Eu não poderia ter escrito este livro sem o seu apoio (frequentemente, muito crítico), especialmente quando cheguei a períodos da Idade Média sobre os quais pouco sei. Houve muitas outras pessoas que me ajudaram com conselhos e referências, bem como com a pesquisa bibliográfica: Peter Coss, Lorena Fierro Díaz, Marek Jankowiak, Tom Lambert, Isabella Lazzarini, Conrad Leyser, Sophie Marnette, Giedré Mickūnaitė, Maureen Miller, Natalia Nowakowska, Helmut Reimitz, John Sabapathy, Mark Whittow, Emily Winkler e muitos outros. Não seria possível mencionar todas as pessoas que me ajudaram a evitar erros, graças a conversas casuais, não sabendo que eu estava a tomar notas mentais. Mas todos os participantes no seminário sobre a Idade Média (cujas sessões decorriam à segunda-feira, às 5 da tarde, na Universidade de Oxford), pelo qual fui responsável, durante onze anos, juntamente com Mark Whittow, contribuíram, de alguma forma, para as ideias que apresento neste livro. Também tenho de agradecer ao Research Assessment Exercise (RAE2008)

Chris Wickham - Europa Medieval-Edições 70 (2019).pdf

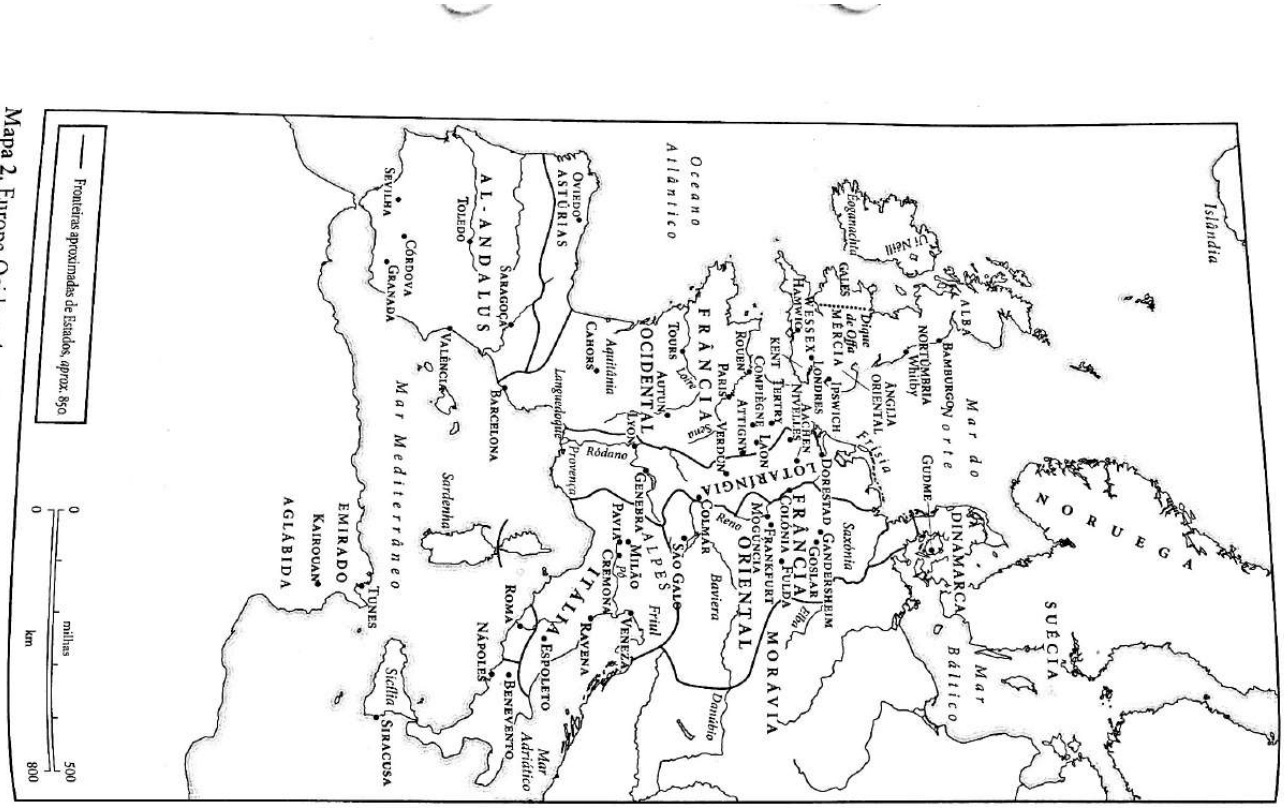
24/03/2024, 13:47

5 de 251

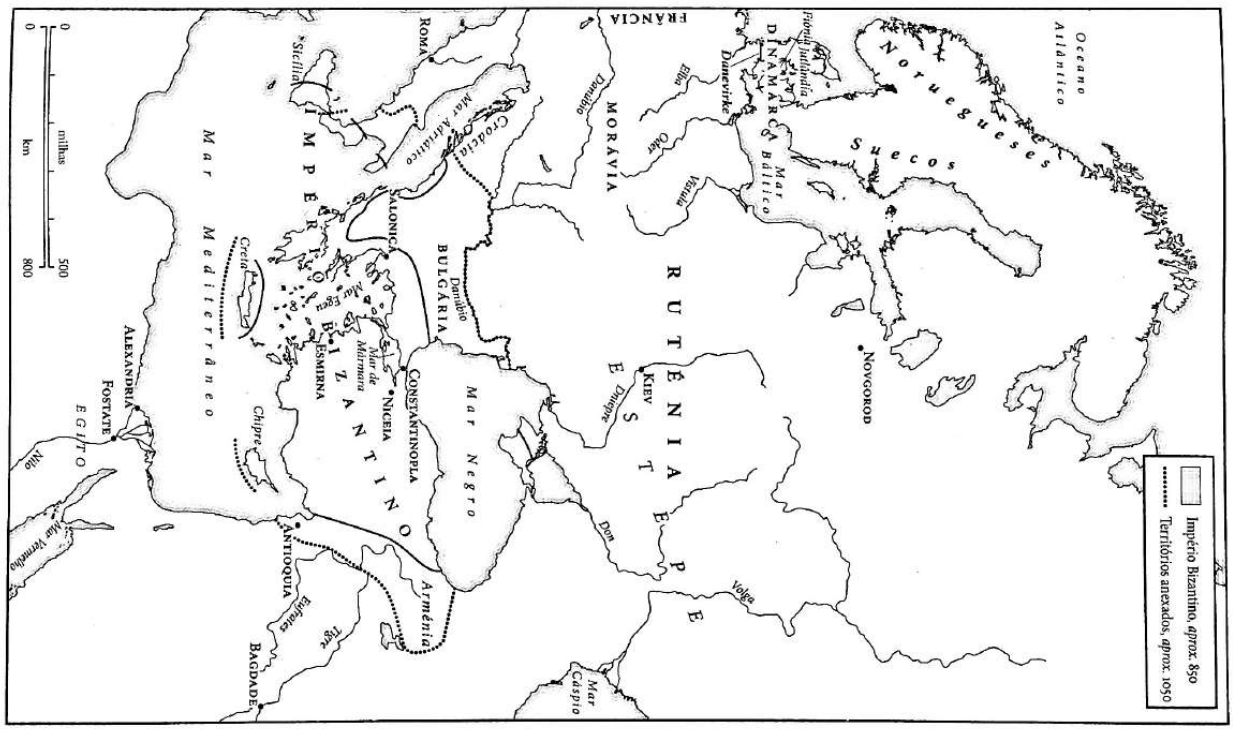
e ao Research Excellence Framework (REF2014) pelo estímulo intelectual: obrigaram-me a ler livros e artigos importantes sobre uma grande variedade de tópicos, que, se não fossem eles, eu não teria encontrado. Muitos destes livros e artigos encontram-se na bibliografia.



Mapa 1. Europa em 550.



Mapa 2. Europa Ocidental em 850



Mapa 3. Europa Oriental em 850.

Mapa 4. Europa Ocidental em 1150.

Mapa 5. Europa Oriental em 1150.

Chris Wickham - Europa Medieval-Edições 70 (2019).pdf
file:///D:/Users/Murillo/Downloads/Chris%20Wickham%20-%20Eu...
24/03/2024, 13:47
8 de 251

Mapa 6. Europa Ocidental em 1500.

Mapa 7. Europa Oriental em 1500.

file:///D:/Users/Murillo/Downloads/Chris%20Wickham%20-%20Eu...
Chris Wickham - Europa Medieval-Edições 70 (2019).pdf
24/03/2024, 13:47
9 de 251

file:///D:/Users/Murillo/Downloads/Chris%20Wickham%20-%20Eu...

CAPÍTULO 2

Roma e os seus sucessores ocidentais, 500-750

Por que razão caiu o Império Romano? A resposta curta é dizer que não caiu. Metade do império, a sua metade oriental (os atuais Balcãs, Turquia, Levante, Egito), governada a partir de Constantinopla, continuou a existir sem problemas durante o período de desagregação imperial e da conquista por forasteiros da metade ocidental (correspondente ao atual território da França, Espanha, Itália, Norte de África e Bretanha), ocorrida no século v. O império oriental sobreviveu mesmo aos ataques massivos no século vii, como veremos no próximo capítulo. Roma Oriental – que designaremos a partir de agora como o Império Bizantino, embora os seus habitantes se chamassem a si próprios romanos até ao seu fim – manteve-se durante mais mil anos, até à conquista dos seus últimos resquícios pelos turcos otomanos, no século xv. Então, os otomanos utilizaram algumas das estruturas fiscais e administrativas básicas do passado romano/bizantino na construção do seu próprio Estado, concentrando-se na sua nova capital – Constantinopla, a atual Istambul. Portanto, em certo sentido o Império Romano manteve-se até à Primeira Guerra Mundial, quando o Estado otomano colapsou.

Refiro estes factos não para evocar a imagem de um passado que nunca muda. Existem sempre elementos do passado no presente, mas tal não significa que não tenha havido grandes mudanças. É verdade que existiram mudanças no Império Bizantino, por exemplo. A questão é outra. Quando confrontados com acontecimentos realmente importantes – o fim da paz europeia, em 1914, o colapso da União Soviética, em 1990 –, os historiadores têm propensão para se dividir entre aqueles que consideram a catástrofe inevitável, com causas estruturais, muitas vezes de longo prazo, que se conjugaram, dando origem a uma

Chris Wickham - Europa Medieval-Edições 70 (2019).pdf

24/03/2024, 13:47

25 de 251

file:///D:/Users/Murillo/Downloads/Chris%20Wickham%20-%20Eu...
Chris Wickham - Europa Medieval-Edições 70 (2019).pdf
24/03/2024, 13:47
26 de 251

mudança repentina, e aqueles que consideram os acontecimentos como um acaso, o produto de decisões políticas de curto prazo, quase casuais. Ou então, quando os acontecimentos são mais complexos, aqueles que, na mistura de causas estruturais e políticas, atribuem mais peso às primeiras ou às segundas. Eu inclino-me para pensar em causas estruturais, na maior parte das vezes. Porém, quando olhamos para o Império Romano no século v, as explicações de longo prazo para o colapso do império no Ocidente não funcionam muito bem, porque não se aplicam de forma assim tão clara a metade do mundo romano. Talvez seja possível continuar a oferecer algumas explicações estruturais: o Ocidente talvez fosse ou se tivesse tornado mais frágil do que o Oriente, ou mais exposto a invasões. A tendência – existente já no século III e plenamente estabelecida no século v – para governar o império em duas metades separadas por conveniência logística talvez tenha prejudicado a consistência imperial e a sua capacidade de reagir a ameaças. De facto, podemos verificar que, no contexto das centenas de explicações concorrentes para a «queda» de Roma, houve sempre alguém que defendeu cada um destes argumentos, que possuem, aliás, alguma força.[1] Mesmo assim, neste caso particular, a existência de escolhas contingentes, por vezes, simples erros humanos, é mais convincente. O ponto de partida neste livro é o ano 500, o início aproximado da Idade Média; portanto, em princípio, poderíamos omitir o Ocidente ainda romano do século v, considerando-o algo que pertence a uma fase demasiado precoce para ser tratada. Porém, temos de começar por recuar um pouco para analisarmos algumas destas opções, ainda que de forma breve, já que elas tiveram um impacto enorme naquilo que aconteceria mais tarde. Mesmo assim, este debate também teve uma consequência importante: se em 400 não houvesse fraquezas estruturais graves no império ocidental, muitos elementos da estrutura imperial poderiam ter sobrevivido à crise do século v. Foi isto que aconteceu e que analisaremos ao longo deste capítulo.

A fronteira setentrional do Império Romano atravessava aquilo que é agora a Europa, ao longo dos rios Reno e Danúbio (para lá da Muralha de Adriano na Bretanha), marcando um contraste acentuado entre o Norte e o Sul, não só em termos do alinhamento político, mas também em termos culturais e económicos que sobreviveram durante

séculos ao fim do império ocidental. Existiam muitas diferenças no interior do mundo romano, mas havia um nível em que era espantosamente homogéneo, unido por estradas que ligavam uma rede de cidades com edifícios notavelmente semelhantes, construídos sobretudo em pedra. A «cividade» (*civilitas*), com todas as *nuances* de civilidade e civilização que a palavra latina nos transmite, definia a imagem que a elite romana tinha de si mesma. A educação em literatura latina clássica (literatura grega no império oriental, onde se falava grego) e a capacidade de escrever de forma elegante faziam parte do estatuto aristocrático. A desigualdade social extrema também era um traço romano típico. Ainda havia muitos escravos no mundo romano e as diferenças entre ricos e pobres, assim como o snobismo associado a estas diferenças, eram extremas. Tudo isto fazia parte da complexidade do Império Romano, em todas as suas fases. Agora que o império era cristão, pelo menos no que dizia respeito às suas elites governamentais no século IV, a literatura religiosa cristã juntou-se à mistura e os bispos começaram a rivalizar com os senadores aristocratas no que dizia respeito à capacidade de exercer influência, mas a maior parte das outras coisas nesta matéria não tinham mudado (por exemplo, poucos eram os teólogos cristãos que consideravam a escravatura algo errado, apesar do imaginário igualitário do Novo Testamento).[2]

O contraste com aquilo a que os romanos chamavam o mundo «bárbaro» a norte era considerável. Nesse mundo, a economia era muito mais simples, assim como a cultura material local. Os grupos políticos também eram muito mais pequenos e simples e, na realidade, muito fluidos, com mudanças de identidade que acompanhavam a ascensão e queda das diferentes famílias governantes. Imediatamente a norte do Reno e do Danúbio, a maior parte destes grupos falavam línguas germânicas, embora nenhum deles, nem os próprios romanos, considerassem este facto algo suficientemente marcante para que houvesse uma homogeneidade essencial entre eles. (Daqui em diante utilizarei as palavras «bárbaro(s)» e «germânico(s)» apenas por razões de conveniência.) Não surpreende que os povos «bárbaros», em especial os seus líderes, estivessem muito interessados na riqueza dos romanos e procurassem conquistar alguma parte da mesma, através de incursões, se não mesmo invasões, ou aceitando prestar serviços pagos no exército romano.

file:///D:/Users/Murillo/Downloads/Chris%20Wickham%20-%20Eu...
Chris Wickham - Europa Medieval-Edições 70 (2019).pdf
24/03/2024, 13:47
27 de 251

Existia, por conseguinte, uma área cinzenta ao longo da fronteira, mais militarizada, do lado romano, mais influenciada pelos estilos romanos, do lado dos «bárbaros».[3] Porém, em geral, a fronteira marcada pelos dois grandes rios europeus era nítida.

Sucintamente, o que aconteceu no Império Romano Ocidental no século v foi que as incursões dos «bárbaros», embora tivessem sido uma característica da maior parte da história imperial, desta vez levaram a uma desagregação política: exércitos que não se consideravam romanos tomaram as várias províncias ocidentais e criaram os seus próprios reinos. Em 400, ainda não tinha ocorrido nada disto, exceto nos Balcãs, onde os grupos dos godos procuravam estabelecer-se – assim como integrar-se no exército romano – depois de se terem refugiado no império, fugindo aos ataques dos nómadas das estepes, aos quais os romanos na década de 370 chamavam hunos. Por volta de 500, os Balcãs, no império oriental, estavam novamente sob o domínio dos romanos. No entanto, a situação no Ocidente era muito diferente. Ali, um setor dos godos, aos quais chamamos visigodos, controlava a Gália (a França moderna) a sul do rio Loire e a maior parte da Espanha. Um outro setor, a que chamamos os ostrogodos, controlava a Itália e os Alpes. Os borgonheses controlavam o vale do rio Ródano. Os vândalos controlavam o Norte de África (a atual Tunísia e Argélia). Um conjunto de reis francos menores controlava a maior parte da Gália setentrional e o Sudeste da Britânia. Esta província, já abandonada pelos romanos no início do século v, estava nas mãos de pequenas comunidades tribais às quais chamamos genericamente (e é provável que elas próprias se designassem assim) anglos e saxões. Havia outras comunidades, em áreas mais pequenas. Os territórios do antigo império ocidental que não estavam sob o controlo de elites militares provenientes de além-fronteiras eram poucos e dispersos: a Mauritânia (correspondente atualmente a Marrocos), partes dos Alpes centrais à volta de Chur, e a Britânia ocidental, em particular Gales, assim como a Bretanha. Nenhum destes territórios tinha qualquer ligação com os outros, e ainda menos com o Império Romano Oriental, pelo que perderam também muito rapidamente a identidade romana, à exceção dos territórios em redor de Chur.[4]

O Império Romano já tinha absorvido invasores no passado. Havia uma tradição de os estabelecer em recantos do mundo romano,

preferencialmente depois de os derrotar, e, depois, de os utilizar como bases de recrutamento para o exército, pelo menos até perderem as suas características não romanas. Os líderes romanos conseguiram impor-se e repetir este processo após uma série alarmante de invasões bastantes descoordenadas, na década de 400: os visigodos estabeleceram-se originalmente em torno de Toulouse, em 418, os borgonheses, perto de Genebra, em 442, os vândalos, na região que corresponde à Argélia, em 435. Os visigodos, em particular, também foram usados como mercenários contra os vândalos, em 417, e, em 456, contras os suevos, ambos os povos em Espanha, assim como contra os hunos, na Gália, em 451 (os hunos também foram usados contra os godos). A conquista da Itália pelos ostrogodos, em 489-494, também foi uma iniciativa imperial, uma vez que foram enviados pelo imperador oriental Zeno a partir das suas povoações nos Balcãs, para afastar Odoacro, o líder de uma revolta armada em Roma, que governava ali de forma independente desde 476. Teodorico, o rei dos ostrogodos, já era um general imperial com alguma autoridade. Embora, como estamos a ver, existisse agora um número desconcertantemente elevado de grupos «bárbaros», muito mais do que em séculos passados, esta não era, de maneira alguma, uma estratégia perigosa em si, desde que os líderes romanos mantivessem todo o processo sob controlo, como acontecia na maioria das situações no início do século. O problema eram os vândalos, cuja confederação havia entrado no império a partir do Norte, atravessando o Reno em 407, deslocando-se através da Gália para Espanha, na década seguinte. Embora estivessem parcialmente esmagados em 417, não estavam dominados e invadiram o Norte de África, em 429, sob a liderança de Genserico († 477), o seu novo rei. O seu assentamento em 435 não foi de maneira alguma acompanhado de uma derrota militar e o seu novo território, não muito fértil em si mesmo, situava-se nos limites das principais fontes de cereais e de azeite do império ocidental – as terras ricas em redor da cidade romana de Cartago, na atual Tunísia. Por que razão não quereriam eles controlar este território e por que motivo não o compreenderiam os romanos e não defenderiam melhor Cartago? Mas Aécio († 454), o supremo chefe militar e político no Ocidente à época, não o fez e Cartago, por conseguinte, caiu em 439. Esta opção – um erro – constituiu um dos pontos de viragem mais importantes na

file:///D:/Users/Murillo/Downloads/Chris%20Wickham%20-%20Eu...

capacidade dos romanos controlarem os termos da mudança política no Ocidente. Sem a riqueza de África, o império ocidental começou a esgotar as receitas tributárias. Sem receitas tributárias, era mais difícil pagar exércitos regulares, cada vez mais necessários na situação política complexa naquele período. Sem exército regular, era cada vez mais necessário utilizar exércitos de «bárbaros» como aliados, mas era também cada vez mais difícil controlá-los.[5]

O exercício de equilíbrio que consistia em usar «bárbaros», mas, ao mesmo tempo, manter o controlo estratégico não foi facilitado pela instabilidade política existente no século V, com senhores da guerra a governarem em nome de imperadores ineficazes e, na maior parte das vezes, sucedendo uns aos outros de forma violenta. Muitas vezes os líderes políticos pareciam estar a entrar em decadência, recorrendo a soluções da década anterior, mas que falhavam na resolução dos problemas da década em que se encontravam. Quando o império começou a esgotar o dinheiro, a situação complicou-se devido a uma separação política crescente e à rivalidade entre as duas províncias ocidentais mais importantes ainda controladas em grande parte por exércitos romanos: a Gália e a Itália. Ricímero, o senhor da guerra que dominava a política imperial entre 457 e 472, estava de facto interessado apenas na Itália e, nessa altura, os borgonheses (aliados de Ricímero) e os visigodos (atuando, definitivamente, de forma autónoma sob Eurico, 466-484) dividiram entre si o Sul da Gália central. A escolha de Ricímero foi decisiva. Quando, na geração seguinte, Odoacro se revoltou na Itália, em 476, não havia muito a disputar, e Odoacro, em vez de escolher um outro imperador fantoche, declarou-se simplesmente rei, reconhecendo nominalmente o imperador oriental e não o ocidental.[6]

Sublinho aqui as opções romanas, mais do que as conquistas dos «bárbaros». Houve, de facto, um debate aceso na última geração sobre a questão de saber até que ponto os diferentes povos germânicos eram realmente «bárbaros».[7] A maioria deles (a exceção mais importante eram os francos) tinha passado algum tempo em províncias romanas antes de terem criado reinos independentes. Era frequente usarem vestuário militar romano e também tinham adotado outras características romanas. É plausível considerar os diferentes grupos de godos, em particular, como exércitos romanos de imitação, com um grande número

de membros não godos, incluindo, sem dúvida, muitos que eram descendentes de romanos. Os líderes «bárbaros» estavam quase todos ligados através de casamentos com famílias imperiais romanas. Os senhores da guerra romanos (incluindo Ricímero e Odoacro) eram, muitas vezes, eles próprios de origem «bárbara».[8] Os reis dos «bárbaros» eram bilingues na maior parte das vezes e alguns só falavam latim. Adotaram tantos elementos do sistema administrativo romano quanto lhes foi possível. Poderiam ser descritos como governantes romanos em todos os aspetos, à exceção do nome, como disse Sidónio Apolinário († cerca de 485), um aristocrata e intelectual romano da Gália central, ao descrever Teodorico II (453-466), o rei visigodo de Toulouse: piedoso (mas não demasiado), zeloso nos seus deveres administrativos, um conversador sério, um anfitrião de refeições sofisticadas, possuindo uma «elegância grega, abundância gálica, agilidade italiana, ... disciplina régia».[9] À exceção das províncias mais setentrionais, todos eles eram cristãos, ou, pelo menos, tão cristãos como o resto do império (ainda havia um grande número de pagãos em 400). É verdade que ser cristão não era, em si, um sinal de homogeneidade – os séculos IV e V constituíram um período importante de conflitos religiosos, com diferentes partidos a discutirem a natureza de Deus e a acusarem-se uns aos outros de heresia, os arianos contra os de Niceia e os monofisitas contra os calcedonianos (os niceianos/calcedonianos, vencedores na região central do Império Romano, passaram a designar-se, mais frequentemente, a partir de então, como católicos, no Ocidente, e ortodoxos, no Oriente) –, mas os «bárbaros» também tomaram partido nestas querelas. Os vândalos arianos, em particular, perseguiam a «heresia» de tempos em tempos – a maioria niceiana do Norte de África romano – com tanto entusiasmo como qualquer imperador niceiano, recorrendo às mesmas leis.[10] Este processo de romanização facilitou a adaptação. O que começou a acontecer numa província atrás da outra foi que as elites locais romanas, com cada vez menos apoio militar vindo do exterior, chegavam pura e simplesmente a acordo com os seus vizinhos «bárbaros», prestes a tornarem-se governantes, entrando nas cortes de reis locais (como Sidónio fez com Teodorico, embora este se opusesse a Eurico) e oferecendo-se para governar para eles – de uma forma tão romana quanto possível, obviamente. Houve uma aproximação desde o início, depois, esta

Chris Wickham - Europa Medieval-Edições 70 (2019).pdf
24/03/2024, 13:47
28 de 251

file:///D:/Users/Murillo/Downloads/Chris%20Wickham%20-%20Eu...
Chris Wickham - Europa Medieval-Edições 70 (2019).pdf
24/03/2024, 13:47
29 de 251

aproximação estendeu-se a quase todo o lado, incluindo na África dos vândalos, onde, por razões religiosas, como acabámos de ver, havia mais tensão do que em qualquer outra região.[11] O Império Romano tornou-se uma presa de conquistas militares a partir do século I d.C. Os exércitos romanos havia muito que eram multiétnicos, com um forte elemento de soldados provenientes de províncias nas regiões fronteiriças. A principal mudança – pelo menos, até ao momento – consistiu no facto de os líderes militares das regiões fronteiriças, ou além-fronteiras, se terem começado a considerar a eles próprios como reis.

Portanto, pode argumentar-se que as mudanças ocorridas entre 400 e 500, afinal, não foram tão drásticas. O rei ostrogodo Teodorico (474--526) governava a Itália e a região a norte da antiga fronteira romana coincidente com o rio Danúbio. Alcançou uma hegemonia sobre os visigodos em Espanha e uma forte influência, tanto no reino dos vândalos, como no dos borgonheses. E possuía uma administração quase igual à do passado romano. Dir-se-ia que ele poderia ter-se considerado facilmente um imperador romano e as nossas fontes tratam-no frequentemente como se o tivesse feito.[12] Depois da sua morte, Justiniano (527-565), imperador do Oriente, não considerava certamente que as províncias ocidentais estavam definitivamente perdidas, uma vez que iniciou guerras para reconquistar, primeiro, a África dos vândalos, em 533-534, e, depois, a Itália, em 534-540. Os reis ostrogodos voltaram ao poder, na sequência de uma revolta na Itália, e foi necessário lutar até 554 para dominar plenamente a península, mas, nessa altura, Justiniano já ocupara também a maior parte da costa espanhola. O Mediterrâneo voltara agora, quase na totalidade, às mãos dos romanos, deixando apenas a Gália e o interior de Espanha como províncias importantes fora do domínio direto dos romanos.[13]

No entanto, por muito «romanizados» que os reinos «bárbaros» no século I fossem, algumas coisas cruciais tinham, de facto, mudado e, como viria a revelar-se, esta mudança nunca seria revertida. Em primeiro lugar, os povos germânicos nunca se consideravam romanos, mas sim claramente separados dos romanos que derrotaram e governavam. Neste aspeto, distinguiam-se bastante de qualquer senhor da guerra ou líder de golpes do passado, incluindo Ricímero e outros generais no século V, cujos familiares bárbaros podem ser identificados. É verdade

que os ostrogodos e os vândalos derrotados pareciam ter sido reabsorvidos pela sociedade das províncias romanas, visto que não voltam a aparecer nas nossas fontes – o mesmo se diga de quase todos os povos «bárbaros» conquistados por outros – mas não houve qualquer elite germânica bem-sucedida que se tivesse considerado alguma vez como romana. Na realidade, nos reinos duradouros, como o dos visigodos, em Espanha, e dos francos, na Gália, aconteceu o contrário, e os romanos começaram a considerar-se godos e francos. As identidades mudaram e «ser romano» deixou de constituir a marca segura de estatuto e cultura que fora durante séculos.[14] A segunda alteração consistiu no desaparecimento definitivo da velha unidade do Ocidente, desde a Muralha de Adriano até ao Saara. Nem Justiniano conquistou todo o Mediterrâneo (não atacou a costa da Gália e tinha um domínio intermitente sobre a Mauritânia), e mais ninguém o fez desde então. Surgiram sistemas políticos separados, com focos políticos autónomos: a região de Paris nos tempos iniciais do reino dos francos (cuja centralidade, surgida por volta de 500, nunca mais desapareceu); Toledo, no centro de Espanha, para os visigodos; a região de Pavia e Milão para os invasores que viriam a seguir, os lombardos, na Itália, chegados em 568-569, após a reconquista de Justiniano.[15] Estas três regiões centrais tinham sido todas marginais para os romanos. Milão, pelo menos, fora uma capital no século IV, mas Roma e Ravena eram os principais centros para o posterior governo romano na Itália.

A terceira mudança foi, possivelmente, a mais importante. O Império Romano era governado por uma estrutura burocrática complexa, paga por um sistema fiscal sofisticado, que incluía muitos impostos, mas, sobretudo, um imposto fundiário complexo e pesado. Este sistema funcionava, apesar de ser incrivelmente corrupto, impopular e propenso para o abuso. Temos muita legislação vinda dos imperadores que estavam preocupados com o facto de os cobradores de impostos tradicionais, os vereadores das cidades, não estarem a fazer o seu trabalho, o que podia implicar que os impostos não eram cobrados de forma eficaz, mas isto era certamente controlado e fiscalizado cuidadosamente. Possuímos, por exemplo, documentos da Itália e do Egito relativos ao registo sistemático de transferências de terras, de modo a que o Estado pudesse tributar minuciosamente os novos proprietários,

file:///D:/Users/Murillo/Downloads/Chris%20Wickham%20-%20Eu...

e os documentos do Egito também mostram que os proprietários das terras que eram ricos e poderosos também pagavam os seus impostos. Este sistema fiscal era utilizado em grande parte para pagar o exército, a maior despesa do Estado romano (a burocracia civil ocupava o segundo lugar, mas a uma grande distância da despesa com o exército) e isto significava que o dinheiro e os bens se deslocavam regularmente para o Norte, atravessando o Mediterrâneo, vindo das províncias ricas do Sul, como África e o Egito, e chegando às regiões fronteiriças setentrionais, onde se encontrava a maior parte dos exércitos, bem como a Roma e Constantinopla, as cidades capitais que se mantinham grandes por razões simbólicas e que eram, em grande parte, alimentadas pelo Estado. O exército pago era parcialmente distinto do outro conjunto importante de elites: a aristocracia imperial (dos senadores) e os líderes provinciais e urbanos de cada parte do império, sobretudo proprietários de terras, e, portanto, civis.

Portanto, o sistema fiscal sustentava todo o Império Romano e não estava de maneira alguma em risco no início do século v. Porém, quando o império no Ocidente se dividiu em reinos, as receitas fiscais deixaram abruptamente de circular, o que teve um impacto sério para Roma enquanto cidade e para muitos exércitos no Norte. Além disso, as novas elites germânicas tinham objetivos diferentes dos oficiais superiores romanos que se tinham revoltado no passado. Estes, na maior parte das vezes, quando apresentavam as suas queixas ao poder político, só queriam mais dinheiro. Mas os sucessores germânicos queriam algo diferente: queriam ser proprietários de terras. Tal como as elites provinciais, eles dominavam e viviam à parte. Este desejo muito romano tinha uma consequência pouco romana: foi-se tornando cada vez menos necessário pagar ao exército agora cedido. Os próprios regimes de impostos tornaram-se menos necessários em consequência disto, e como eram impopulares e difíceis de cobrar, podiam acabar por perder a sua relevância. É verdade que os reis «bárbaros» continuaram a cobrar impostos enquanto podiam, como demonstram os registos governamentais ostrogodos que chegaram a nós na coletânea de cartas, *Variae*, dirigidas por um funcionário do senado ao rei dos godos, o senador Cassiodoro († cerca de 580), assim como muitos outros comentários ocasionais e queixas de cronistas da época. Mas quando

Justiniano conquistou o reino dos vândalos e mesmo o dos ostrogodos, já se apercebera de que o restabelecimento do sistema fiscal era difícil e impopular. Na Gália franca, o nível dos impostos caiu vertiginosamente no tempo em que o historiador Gregório de Tours escreveu, na década de 580, e pode verificar-se que os reis garantiam imunidade fiscal como um privilégio político habitual. Na década de 640, o imposto fundiário já tinha praticamente desaparecido na Gália, existindo esporadicamente apenas no vale do Loire. Os reis começaram a depender das receitas das suas próprias terras, que eram sempre muito extensas (como as terras imperiais já o eram), e não das receitas fiscais, à exceção das taxas sobre o comércio. A base económica para a ação política deslocou-se da tributação para a propriedade de terras.[16] Esta mudança marcou uma rutura não apenas com o passado, mas também com os Estados existentes à época no leste e no sul do Mediterrâneo, os romanos orientais/ /bizantinos e os árabes, sobre os quais nos debruçaremos no próximo capítulo. Esta rutura irá igualmente sustentar a maior parte do resto do presente livro, uma vez que, tal como vimos no último capítulo, uma política baseada na terra é menos estável e, normalmente, menos compensadora do ponto de vista remunerativo do que uma política baseada nos impostos. Também veremos no Capítulo 11 que nem a recuperação dos regimes fiscais na Europa Ocidental da Baixa Idade Média reverteu completamente esta mudança. De facto, foi uma alteração que só se reverteu completamente no Ocidente no contexto do mundo económico, totalmente diferente, da Revolução Industrial.

Um resultado importante destas alterações foi a simplificação económica das províncias ocidentais. Os próprios reis passaram a ser menos abastados (embora também tivessem menos despesas), à exceção, parcial, dos francos. Nem sequer as aristocracias da Alta Idade Média eram, de longe, tão abastadas como os aristocratas senatoriais mais ricos do mundo romano, com os seus Estados espalhados ao longo de todo o Mediterrâneo (isto, agora, de qualquer maneira passou a ser impossível, dada a divisão política). A maior parte das vezes, exceto na Gália franca, que constituía, de novo, uma exceção, com muito poucos proprietários das terras com Estados em mais do que um par de territórios urbanos. O sistema fiscal tinha garantido parcialmente custos de transações de comércio no Império Romano tardio. Isso tinha

Chris Wickham - Europa Medieval-Edições 70 (2019).pdf

24/03/2024, 13:47

30 de 251

file:///D:/Users/Murillo/Downloads/Chris%20Wickham%20-%20Eu...
Chris Wickham - Europa Medieval-Edições 70 (2019).pdf
24/03/2024, 13:47
31 de 251

acabado, o que significa que as trocas inter-regionais decresceram permanentemente, estando, por volta de 700, na maior parte do Mediterrâneo ocidental limitadas a artigos de luxo. A acrescer a esta situação, o comércio a todos os níveis diminuiu quase por todo o lado, uma vez que os aristocratas eram mais pobres e uma vez que a sua procura alimentava grande parte das trocas dentro das regiões, além do comércio de bens de luxo. A arqueologia revela claramente que se registou uma diminuição da circulação de bens em todas as provinciais ocidentais e que a cultura material das elites era muito menos ambiciosa. O mesmo aconteceu na Itália, onde, apesar de o Estado dos ostrogodos ter assumido uma forma romana atípica, a reconquista de Justiniano foi devastadora. Na Bretanha, uma província em que a rede de abastecimento militar era particularmente importante, a crise económica precipitou-se mal o exército saiu, no início do século v, isto é, mesmo antes da chegada dos anglo-saxões: as cidades, assim como as vilas rurais, foram abandonadas em grande parte e a produção artesanal para lá do nível das aldeias cessou quase completamente. Esta crise não teve qualquer paralelo na Gália, Espanha ou Itália, mas estas regiões também registaram uma simplificação económica menos extrema. O enfraquecimento da riqueza de elites não constituía, de forma alguma, apenas um fenómeno negativo. Se os aristocratas tinham menos terra e riqueza, apesar de continuarem a ter um grande número de locatários (muitos deles não livres, como vimos no Capítulo 1), os camponeses proprietários de terras com menos ou nenhuma dependência de aristocratas devem ter-se tornado mais numerosos e, provavelmente, mais prósperos. Mas eles compravam menos bens, pelo que não evitaram a simplificação da economia. Aqueles que defendem a continuidade entre o mundo romano e pós-romano devem ter em conta estas grandes alterações económicas, reveladas de forma tão clara pela arqueologia. Independentemente das continuidades (e houve muitas) existentes, estas encobrem um sistema de produção e de troca muito menos complexo, resultante diretamente da desagregação política do Ocidente e da deslocação dos exércitos para o campo. Não foram estas as causas estruturais do fim do Império ocidental, mas foram, certamente, resultados estruturais do mesmo.[17]

*

O fim do Império ocidental revelou, portanto, a existência de uma crise e uma mudança social e económica abrupta. Mas não só. No resto deste capítulo debruçar-nos-emos sobre os três principais Estados sucessores do Império Romano, que se desenvolveram após a perda de hegemonia informal dos ostrogodos, com a queda de Teodorico, nos inícios do século VI: a Gália franca – chamada, a partir desse momento e agora cada vez mais frequentemente, a Frância ou o Reino dos Francos –, a Espanha visigoda e a Itália lombarda. (Deixaremos a Bretanha para o Capítulo 5.) Ao debatermos cada um destes Estados, veremos aquilo que sobrevivera do mundo romano e aquilo que era novo.[18] Mas comecemos com algumas estruturas culturais e sociopolíticas gerais do passado romano que continuaram a existir quase sem rutura e ajudaram a definir a forma como os sistemas políticos no início da Idade Média no Ocidente funcionavam: os padrões de sociedade das províncias romanas e da Igreja cristã, assim como a cultura e os valores do poder público.

O Império Romano começou por ser uma rede de cidades que se governavam, em grande parte, a si próprias, ligadas entre si sobretudo pelo exército. Este aspeto mudou certamente na fase tardia do império. Os conselhos das cidades enfraqueceram e caíram em toda a parte nos séculos V e VI – tanto no Leste, como no Oeste. O governo tornou-se mais centralizado após o ano de 500, não só no império oriental, mas, o que parece contrassenso, também nos reinos ocidentais mais fracos. Mas a lealdade às sociedades baseadas em cidades sobreviveu sempre que estas sobreviveram, o que aconteceu em todo o Ocidente, à exceção da Bretanha, o Noroeste de Espanha e ao longo do território da antiga fronteira da Gália e da Germânia meridional.[19] Existiam coletividades coesas de elites locais nas cidades da Gália meridional, na Espanha oriental e meridional e em Itália. Elas constituíam o que restava do mundo romano que os novos povos germânicos vieram a governar e, tal como vimos, ambos os lados conseguiram adaptar-se um ao outro com bastante rapidez. Estas sociedades urbanas passaram a ser representadas cada vez mais frequentemente por bispos, tanto nas questões de política interna, como nas relações com o poder real. A cristianização estava concluída em todo o território do antigo império ocidental por volta do ano de 500. As únicas exceções significativas eram as comunidades judaicas em algumas regiões da Gália, da Itália e, em especial,

de Espanha. O que as populações entendiam realmente por cristianismo era uma outra questão. Já foi referido como os autores eclesiásticos, quase todos inflexíveis nas suas opiniões, se queixavam repetidamente das práticas «pagãs» existentes em cultos locais – isto é, práticas que eles consideravam pagãs, mas que a população considerava, indubitavelmente, como uma parte normal do culto cristão (por exemplo, as celebrações do Ano Novo ou as bebedeiras em festas da Igreja).[20] Mas o que era com certeza geralmente aceite era o facto de a liderança da Igreja ser constituída pela rede de bispos estabelecidos pelos romanos em cada uma das cidades do império, formando uma hierarquia, em cada província, constituída por bispos «metropolitanos» (mais tarde viriam a chamar-se arcebispos) no topo, e atentos aos cinco patriarcas do império, um dos quais abrangia todo o Ocidente – o papa em Roma. Esta estrutura sobreviveu, com poucas alterações, ao fim do Império ocidental, exceto no que diz respeito à influência do papa, que, durante muitos séculos, nunca foi grande fora da Itália.

Os bispos eram importantes no império tardio, mas foi na Alta Idade Média que eles se tornaram agentes políticos importantes. As catedrais tornaram-se ricas, graças às doações dos fiéis, o que tornava qualquer bispo mais poderoso logo que assumia funções. Os bispos também adquiriram maior autoridade espiritual devido ao culto das relíquias dos santos, que começou a desenvolver-se a partir do século V, uma vez que tendiam para estar em funções nas igrejas que albergavam estas relíquias. Eles não só controlavam as cerimónias religiosas urbanas, como também foram adquirindo cada vez mais aceitação como líderes políticos locais (na maior parte das vezes, provinham das famílias com mais peso local). A sua nomeação era frequentemente um foco de rivalidade.[21] Além disso, representavam as suas comunidades perante reis e outros funcionários reais. Os reis levavam-nos a sério enquanto líderes destas comunidades e estavam dispostos a ouvir as críticas religiosas que estes, enquanto bispos, tinham como missão apresentar. A nova relevância política dos bispos devia-se, em parte, ao facto de as estruturas urbanas seculares terem desaparecido e em parte ao facto de, enquanto grupo de pressão bem organizado, conseguirem fazer ouvir a sua voz nos reinos mais fracos do período pós-romano, mais do que no sistema político imperial que os tinha criado.

Gregório de Tours († 594), nascido numa família de elite em Clermont, na Gália central, mas com laços familiares também em Tours, no Loire, onde se tornou bispo em 573, constitui um bom exemplo da atividade e do papel dos bispos. (Os rivais locais consideravam-no um *outsider*. Ele rejeitou esta acusação, indignado.) Gregório deixou-nos mais textos escritos, tanto históricos como hagiográficos, do que quase qualquer outro autor da Baixa Idade Média. A maior parte dos seus escritos são sobre acontecimentos em que ele próprio tinha participado. Apresenta-nos uma imagem de uma densidade única, embora altamente unilateral, da política real e local nas décadas de 570 e 580. Gregório era bispo nos reinos francos e, embora romano por descendência, era fiel aos reis francos (não há qualquer nostalgia do Império Romano nos seus escritos. Ele considerava que os seus reis eram sucessores legítimos de Roma). No entanto, naquele tempo, a Frância estava dividida entre três reis, irmãos, depois, entre um tio e os seus sobrinhos. Gregório foi nomeado por um dos irmãos, Sigeberto (561-575), era próximo de outro, Guntramo (561-593), e hostil ao terceiro, Quilderico (561-584). Por isso, não era imparcial como figura política. Quilderico retribuía-lhe a aversão, como seria de esperar, e ameaçou-o – algo muito perigoso na Frância daquela época, uma vez que era habitual os reis matarem os seus opositores, muitas vezes de forma criativa. Gregório descreveu com pormenores contextuais pouco usuais na época um dos momentos mais importantes do confronto entre ambos, ocorrido em 577: Quilderico estava ao lado de um pequeno tabernáculo feito de ramos, ladeado por dois bispos, com uma mesa cheia de comida à sua frente, enquanto vociferavam um contra o outro. A memória visual que ele apresenta é bastante reveladora de quão assustado estava Gregório. Ele preferia Guntramo, que estava feliz por o ouvir durante o jantar. Gregório era um snobe. Os seus inimigos (segundo ele próprio nos diz) eram frequentemente pessoas com poder, mas com baixo estatuto social, como era o caso de Fredegunda, esposa carismática de Quilderico, que se tornou regente do seu reino em lugar de Clotário II (584-629), filho de ambos. No entanto, ele era um grande defensor da sua cidade, incluindo da isenção tributária da mesma, e um apoiante sistemático de Martinho († 397), o seu santo local e antecessor enquanto bispo, cujo culto ele promovia com relatos detalhados dos milagres ocorridos junto

file:///D:/Users/Murillo/Downloads/Chris%20Wickham%20-%20Eu...
Chris Wickham - Europa Medieval-Edições 70 (2019).pdf
24/03/2024, 13:47
32 de 251

file:///D:/Users/Murillo/Downloads/Chris%20Wickham%20-%20Eu...
Chris Wickham - Europa Medieval-Edições 70 (2019).pdf
24/03/2024, 13:47
33 de 251

ao túmulo do santo, mesmo à saída da cidade de Roma. Como vimos no capítulo anterior, ele também assumia o papel de apaziguador em rivalidades locais. Apoiava outros bispos quando estes tinham proble- mas com os reis, incluindo bispos dos quais ele próprio não gostava, podendo até enfrentar Quilderico na defesa destes (como fez em 577). Gregório também era um moralista. Era a sua tarefa, e os reis e outras figuras políticas sabiam que, pelo menos, tinham de o ouvir. Apesar de não possuir qualquer apoio militar (era raro naquele período os bis- pos possuírem um séquito militar, como viria a tornar-se comum mais tarde), Gregório era um mediador em questões de poder que os reis tinham de levar a sério, uma vez que Tours era importante do ponto de vista estratégico e mudava frequentemente de mãos na luta por territó- rio na qual todos estes reis estavam envolvidos. O facto de ele ter sido igualmente um bom observador (o grau de pormenor das suas *Histórias* é fascinante) constitui, provavelmente, um guia para a sua sobrevivên- cia também enquanto figura política. Apesar de termos frequentemente de relativizar os seus preconceitos quando lemos os seus textos e apesar de os reis também o terem feito com frequência, era eficaz nas suas negociações. Era para isso que os bispos serviam. E ele conseguiu fazê- -lo, muitas vezes em circunstâncias difíceis, durante vinte anos, um longo período na política dos francos.[22]

Uma outra herança de Roma que deve ser sublinhada é todo o conceito de legitimidade política a que podia chamar-se a cultura do «público». Sob o império, o *publicum* era constituído pela tributação, a propriedade imperial, a burocracia, o bem comum, aquilo que cor- responde hoje ao «setor público». Quando o *publicum* deixou de ser sustentado pela riqueza do sistema fiscal, este conceito não desapare- ceu. Os reis em todo o Ocidente pós-romano utilizavam o termo regu- larmente para designar os direitos que lhes pertenciam, assim como os seus funcionários, os tribunais, a rede de estradas, etc. A diferença entre o público e o privado (outra palavra romana e pós-romana), preservada de forma tão clara, permite-nos considerar os reinos pós-romanos como Estados, mesmo que, muitas vezes, fracos. Os reis, neste período, não invocavam muitas vezes o imaginário do bem público quando legisla- vam. Tal acontecerá com os Carolíngios nos séculos VIII e IX, como vere- mos no Capítulo 4. Mas a ideia de que o poder real constituía a esfera

pública era forte. E também podia entender-se em termos de espaço – por exemplo, a justiça era feita *publice*, em «público», à vista de todos.

O ser à vista de todos era, de facto, muito importante no mundo pós- -romano. Aqui, o *publicum* do Estado ex-romano fundia-se com uma característica claramente não romana de todos os reinos da Alta Idade Média – a assembleia pública. As assembleias de toda a comunidade política, nacional ou local, eram essenciais para legitimar o poder real, os atos reais, assim como julgamentos em tribunais, em toda a Europa pós-romana, tanto a norte das fronteiras romanas, como a sul das mes- mas. Eram-lhes atribuídos nomes diferentes – *conventus* ou *placitum* –, ou, na Inglaterra anglo-saxónica, *gemot*, ou *thing*, na Escandinávia, e podem ser encontradas em comunidades de língua celta e eslava, assim como em comunidades de língua germânica e latina. Estes ter- mos parecem derivados de um pressuposto prévio, a norte da fronteira, segundo o qual os reis eram responsáveis e legitimados por todos os homens livres (mas não pelas mulheres) da sua comunidade e a base da prática política era coletiva. Isto era impraticável num reino pós- -romano de grandes dimensões (não há dúvida de que se tratou sempre, em parte, de uma pretensão), mas mesmo nessa altura, os reis legisla- vam, pelo menos nominalmente, «na presença de todo o povo, num conselho comum connosco» (como afirmou o rei lombardo Liutprando, em 713), e o imaginário de uma comunidade legitimadora muito ampla, uma assembleia *pública*, era comum a partir de 500.[23] Este não era um conceito romano, mas a relação do mesmo com o conceito romano do que era público era natural, pelo que ambos os conceitos se reforça- ram um ao outro. Os reis pós-romanos podiam estar por vezes bastante limitados no seu poder prático de facto, mas a esfera pública constituía o seu domínio e este aspeto distinguia fundamentalmente os governan- tes de poderes alternativos em qualquer reino. Podemos encontrar este padrão em todo o Ocidente, até ao fim do período carolíngio e para lá deste. E quando, a partir do século X, a cultura do que era público enfra- queceu, juntamente com as próprias assembleias públicas da legitima- ção, a natureza do poder político mudou radicalmente, como veremos nos próximos capítulos.

Os reinos pós-romanos ficaram marcados pela cultura do público, as políticas de assembleia, o cristianismo e a rede de bispos, bem como

pelo desaparecimento do sistema tributário e o início da política fundiária, uma aristocracia menos abastada e um campesinato mais independente e ainda um sistema económico mais simples. O mesmo aconteceu com os exércitos cedidos, comandados por aristocratas não civis, o que significava que os valores aristocráticos se tornaram altamente militarizados a partir daí, mantendo-se como tal até ao fim da Idade Média, senão mesmo para lá dela. Por outro lado, a educação literária das elites civis romanas tornou-se menos importante. Só as assembleias é que não eram de origem romana, embora muitas fossem produto da divisão do império e do colapso do sistema fiscal: isto é, eram muito diferentes do passado romano, apesar de muitas se terem desenvolvido a partir dele. De qualquer modo, estes eram os elementos com os quais os líderes políticos do mundo pós-romano tinham de lidar e os parâmetros do mundo no qual agiam. Vejamos agora como isto funcionava nos diferentes reinos pós-romanos.

Os francos faziam parte dos grupos germânicos menos romanizados que conquistaram um pedaço do mundo romano no século v, assumindo o comando de um setor do império que tinha sido particularmente atingido pelas perturbações daquele período: o Norte da Gália. Inicialmente, não estavam de forma alguma unidos e, até ao fim do século v, existiram vários reinos francos separados, misturados com líderes militares autónomos de tradição romana. No entanto, o rei de Tournai, Clóvis (481-511), conquistou todos os outros reinos, além dos alamanos, na região central do vale do Reno. Em 507, deslocou-se para o Sul. Derrotou e matou o rei dos visigodos, Alarico II, filho de Eurico, dominando também o Sudoeste da Gália. No momento da sua morte, governava do Reno aos Pirenéus. Os seus filhos conquistaram o reino borgonhês (na Gália, só a Britânia e o Languedoc, ainda visigodo, situado na costa mediterrânica, continuavam fora do controlo dos francos), estabelecendo uma hegemonia sobre vastos territórios da Germânia central que nunca tinham feito parte do Império Romano. Na década de 530, também invadiram a Itália, aproveitando a guerra entre os romanos e godos, e durante um século mantiveram, intermitentemente, alguma autoridade sobre partes setentrionais da península. Este registo de conquistas ao longo de duas gerações é notável e estabeleceu os francos

como o poder incomparavelmente mais forte no Ocidente pós-romano. Esta situação também os expôs rapidamente a áreas do antigo império mais romanizadas. Perto da sua morte, Clóvis tornou-se cristão católico (e não ariano, ao contrário dos godos) e começou a legislar em latim. Em meados do século VI, os francos já se distinguiam menos dos outros povos germânicos bem-sucedidos do que outrora. A principal diferença consistia agora, provavelmente, no facto de serem os únicos que controlavam territórios e populações de ambos os lados da antiga fronteira romana. Clóvis também conseguiu estabelecer a sua própria família, a dinastia merovíngia, como os únicos monarcas legítimos dos francos. Esta dinastia manteve-se durante um quarto de milénio, até 751, com um único breve intervalo. Ainda que a partir da década de 670 os reis merovíngios não passassem, habitualmente, de figuras legitimadoras de poderosos chefes aristocráticos chamados *maiores*, continuavam a ser essenciais para a sua legitimação política. Clóvis dividiu o seu grande reino entre os seus filhos e esta prática de divisão (pouco habitual no mundo pós-romano) prosseguiu. Houve um único longo período de unidade, entre 613 e 639, sob Clotário II e o seu filho Dagoberto, durante os 150 anos da poderosa dinastia merovíngia. Os Carolíngios continuaram a prática de divisão após a sua chegada ao poder, em 751. Mesmo assim, a Frância agia frequentemente como uma potência única, com irmãos e primos a apoiar-se uns aos outros política e militarmente, e a maior parte do tempo era considerada pelos outros como um território uno. Este território em bloco continuava a ser o poder político dominante na Europa Ocidental até as divisões se tornarem permanentes, mais tarde, nos finais do século X.[24]

Já vimos os reis do fim do século VI através dos olhos de Gregório de Tours. Embora litigiosos e violentos, eram extraordinariamente ricos e poderosos e nenhum dos seus opositores sobreviveu durante muito tempo: as políticas aristocráticas e episcopais giravam em torno das suas cortes. O poder da legitimidade da dinastia merovíngia significava que os reis podiam assumir a sucessão enquanto crianças e, na década de 580, houve dois reis crianças, cada um deles dominado pela sua mãe enquanto rainha regente: Fredegunda, inimiga de Gregório, e, no antigo reino de Sigeberto, a sua viúva Brunilda, patrona de Gregório. Brunilda continuou a dominar o neto quando o seu filho morreu jovem

file:///D:/Users/Murillo/Downloads/Chris%20Wickham%20-%20Eu...
Chris Wickham - Europa Medieval-Edições 70 (2019).pdf
24/03/2024, 13:47
34 de 251

file:///D:/Users/Murillo/Downloads/Chris%20Wickham%20-%20Eu...
Chris Wickham - Europa Medieval-Edições 70 (2019).pdf
24/03/2024, 13:47
35 de 251

e o próprio bisneto, até ao momento em que o filho de Fredegunda, Clotário II, o único membro masculino dos Merovíngios na época, a matou, em 613, reunificando o território dos francos. Os netos e bisnetos de Clotário também tiveram rainhas regentes semelhantes nas décadas de 640 e 650. Houve rainhas-mães governantes de dinastias fortes por toda a Europa medieval, mas, neste período, só os francos possuíam uma dinastia tão forte no Ocidente e, por isso, este fenómeno é mais evidente neste caso. Esta situação era potencialmente controversa, como o poder feminino sempre foi. Gregório, por exemplo, que não se sentia certamente confortável com esta situação, faz poucas menções à sua patrona Brunilda – se não se pode ser simpático, vale mais ficar calado (talvez o único caso em que Gregório seguiu esta máxima) –, embora a descreva, significativamente, como uma soberana *viriliter*, isto é, que governava «de forma máscula».[25]

A França era suficientemente grande para que não só os seus reis fossem abastados e poderosos, mas também os seus aristocratas mais importantes. Os mais ricos entre eles possuíam muito mais terras do que as elites em qualquer outra parte da Europa contemporânea, incluindo no Império Romano Oriental/Bizantino. Os aristocratas francos tomavam por garantido não só que eram simplesmente mais poderosos do que quaisquer outros, mas também mais virtuosos. Os santos do período merovíngio provinham tipicamente de famílias aristocratas e o facto de os bispos serem cada vez mais provenientes das elites locais também alimentou este imaginário de santidade. As famílias mais importantes também fundaram mosteiros ricos, para estabilizar o poder familiar e para atrair doações de outras famílias, mas também porque a virtude das famílias aristocráticas tornava este mecenato uma escolha lógica. Por exemplo, Ida e Gertrudes, respetivamente fundadora e primeira abadessa de Nivelles (situada atualmente na Bélgica), na década de 640, eram a viúva e a filha de Pepino I, uma das famílias mais importantes da França, a que chamamos os Pipinidas. A rede monástica merovíngia do século VII – patrocinada tanto por reis, como por aristocratas – estruturou a paisagem política rural do mundo dos fracos até às novas fundações de mosteiros na Idade Média Central.[26] Os aristocratas também começaram a transformar-se em agentes políticos por conta própria. Quando Clotário restabeleceu a unidade dos francos, apenas uniu

o reino, não as três cortes reais dos mesmos. Cada uma delas, em particular, no reino do noroeste, agora chamado Austrásia, e no reino do norte ocidental, agora chamado Nêustria, tornou-se o foco de manobras políticas aristocráticas em torno de um líder aristocrata local que atuava como um vice-rei, um *maior domus* ou apenas *maior* – Pepino I era, de facto, um deles.

O poder dos *maiores* continuou a aumentar nos reinos dos filhos de Dagoberto, que voltaram a ser divididos após 639. Em meados do século VII, começaram a contestar a autoridade das rainhas regentes quando os reis eram crianças e, por vezes, chegaram até a escolher qual dos Merovíngios seria rei. O seu poder só era equiparável ao poder de um pequeno grupo de bispos realmente poderosos, muitos dos quais eram, eles próprios, aristocratas, como Audoeno de Rouen († cerca de 684), um dos protegidos de Dagoberto, e Leudegário de Autun († 678), que foi deposto e morto pelo *maior* Ebroíno. O último merovíngio a ser um protagonista real, Quilderico II, foi morto em 675 – o ponto baixo nesta sequência de eventos. Depois disso, as famílias aristocratas não podiam senão disputar o poder. Os Pipinidas ganharam a batalha de Tertry, em 687, e, depois disso, a figura mais importante na França passou a ser sempre um *maior* pipinida. Estes acontecimentos marcaram o fim da instabilidade de meados do século que, afinal, perdurara apenas uma geração. Mas Pepino II († 714), o vencedor de Tertry, tinha menos poder do que muitos dos seus predecessores. No período de confrontos, os francos tinham perdido a sua hegemonia sobre os povos da Germânia, os bávaros, os alamanos e os turíngios, assim como sobre os ducados da Aquitânia, no Sudeste da Gália. Alguns bispos começaram até a conquistar territórios semiautónomos para si. Depois da morte de Pepino, a sua família dissolveu-se numa guerra civil, entre 715 e 719, quando a viúva de Pepino, Plectrude, regente em nome do seu neto *maior*, enfrentou o filho ilegítimo de Pepino, Carlos Martel. Esta situação pareceu semelhante à da década de 670, por momentos. No entanto, a vitória de Carlos mostrou que não era assim. Enquanto *maior* único (717-741), agora com uma só corte, Carlos reconquistou muitos territórios que se haviam tornado autónomos recentemente e que se estendiam até à Provença. Os seus filhos, Pepino III e Carlomano I, a que se chamaria mais tarde «Carolíngios», dado o nome do seu pai, fizeram

file:///D:/Users/Murillo/Downloads/Chris%20Wickham%20-%20Eu...
Chris Wickham - Europa Medieval-Edições 70 (2019).pdf
24/03/2024, 13:47
36 de 251

o mesmo com a Alemanha e a Aquitânia. Os territórios dos francos e uma hegemonia mais ampla podiam, assim, voltar a unir-se, apesar de todo o trabalho do período anterior, o que indica que a base da política dos francos era bastante sólida.[27]

Esta solidez devia-se, em parte, à densidade da governação dos francos. Temos mais provas de que assim foi na Frância, em particular no século VII, do que noutros sistemas políticos pós-romanos, e estas provas demonstram claramente que os seus reis agiam em toda a Frância, intervindo longe dos seus centros políticos e fazendo circular funcionários aristocratas: Desidério de Cahors († 655), por exemplo, um aristocrata importante do Sul, que veio para o Norte para ser tesoureiro de Clotário II e foi, depois, mandado para governar a Provença, antes de se tornar bispo da sua cidade natal, em 630. A governação merovíngia era complexa e estava baseada em documentos, num estilo muito romano. Audoeno também era *referendarius* de Dagoberto, isto é, responsável pela produção de documentos formais para o rei. Esta complexidade diminuiu parcialmente sob Pepino II e, até certo ponto, mesmo sob Carlos Martel, mas Pepino III conseguiu começar a restabelecê-la e, por volta de 800, a complexidade governamental, sob o seu filho Carlos Magno, atingiu o seu exponente máximo. Este era, certamente, um parâmetro importante e, mais uma vez, um parâmetro enquadrado por uma sólida tradição (pública) romana.[28] Mas a resistência do sistema político dos francos também resultou das restrições a que as escolhas de aristocratas estavam sujeitas. As estratégias políticas dos aristocratas, por muito exuberantes e egoístas que fossem, giravam sobretudo em torno dos reis (mais tarde, os *maiores*), que eram ainda mais ricos do que eles e que providenciavam tanto o mecenato (terra e dinheiro), como a legitimidade, pelo menos para os bem-sucedidos. A autonomia foi algo impossível para eles durante muito tempo. Aliás, mesmo após a década de 670, só os aristocratas com um comando regional formal, normalmente duques, puderam fazê-lo. É certo que os aristocratas tinham uma base local e existem vestígios de rivalidades regionais em muitos casos. Contudo, na maior parte das regiões, eles não se concentravam em políticas locais, exceto quando eram duques ou bispos, mais uma vez, com cargos oficiais. Na realidade, eles podiam mover os seus territórios nos reinos francos. A quantidade dos mesmos era, em

alguns casos, mais importante para o sucesso político do que a sua localização.[29] Esta situação manter-se-á inclusivamente sob os Carolíngios, como veremos no Capítulo 4. Mas, quando mudou, as estruturas de poder político alteraram-se substancialmente.

Penso que o cerne da questão está aqui. O sistema político dos francos era o mais forte no Ocidente pós-romano. Embora decrépito e, muitas vezes, violento, continuava a resistir. Muita da sua força provinha das tradições administrativas romanas, como já foi referido. No entanto, embora os reis fossem extraordinariamente ricos de acordo com os padrões do mundo pós-romano, a Frância não constituía um sistema político baseado em impostos. Os seus exércitos também se baseavam cada vez mais no séquito militar dos aristocratas. Os reis precisavam de governar com o consentimento destes aristocratas e os governantes que não o fizeram, como Quilderico II, em 675, e também Brunilda, nos seus últimos anos, podiam ser assassinados. Normalmente, era simples obter este consentimento, uma vez que os aristocratas não tinham um contexto político alternativo para agirem e as cortes reais eram, de qualquer modo, abastadas e atrativas. A balança pendia para o poder central. Mas era necessário obter consentimento. A política fundiária já estava em funcionamento e, mesmo que a autoridade ainda não estivesse fragilizada, podia vir a estar. As assembleias entraram aqui em cena, uma vez que, no mundo dos francos, elas constituíam o *locus* de legitimidade tanto aristocrática, como real. Os reis e outros governantes procuravam habitualmente a aprovação coletiva das assembleias, como aconteceu com os 300 aristocratas que eram convocados por Fredegunda, em 585, para legitimar, através de juramento, o seu filho Clotário. Por outro lado, quando as elites da Nêustria não foram convidadas pelo *maior* Ebroíno para a entronização de Teuderico III, em 673, mas, pelo contrário, lhes foi dito para não virem, concluíram que Ebroíno planeava governar sem o seu envolvimento e passaram a apoiar o irmão de Teuderico, Quilderico II.[30] Este comportamento manter-se-á como uma característica do Ocidente no início da Idade Média.

A Espanha visigótica enfrentou os mesmos problemas, mas lidou com eles de forma diferente. Os visigodos ainda não tinham ganho um controlo total sobre a Espanha quando Clóvis conquistou a maior parte do seu território na Gália. Os cinquenta anos seguintes foram difíceis

file:///D:/Users/Murillo/Downloads/Chris%20Wickham%20-%20Eu...

para eles, com uma sucessão muito instável de revoltas separatistas nas grandes cidades setentrionais de Córdova e, mais tarde, de Sevilha, e até em alguns territórios rurais, além das conquistas por parte de Roma oriental da costa Mediterrânea. No entanto, Leovigildo (569-586) uniu quase toda a Espanha pela força – toda exceto a faixa costeira, que não voltou a ser conquistada até à década de 620, e os territórios bascos nos Pirenéus ocidentais. Leovigildo considerava-se um unificador em todos os aspetos. Promulgou um código civil que continha a legislação mais influenciada pelos romanos de todos os reinos «bárbaros» e tentou resolver a divisão religiosa entre católicos e arianos, menos tensa em Espanha do que na África dos vândalos, mas suficientemente tensa para alternar entre a perseguição aos católicos (em particular, aos católicos godos) e tentativas de suavização do arianismo, para o tornar mais aceitável para os católicos. Este último procedimento teve paralelos nas tentativas romanas no Leste de superar a divisão entre calcedonianos e monofisitas (provavelmente, constituiu uma cópia destas tentativas) e foi igualmente malsucedido: as divisões religiosas por causa da natureza de Deus nunca se resolveriam através de compromisso. Recaredo (586-601), filho de Leovigildo, resolveu o problema tornando-se imediatamente católico e ilegalizando completamente o arianismo no terceiro concílio de Toledo, em 589: no futuro, todos os godos deveriam ser católicos (os romanos quase não apareceram nas atas do concílio; na realidade, quase todos em Espanha se tinham tornado godos do ponto de vista político). O impulso de unificação da Espanha assumiria doravante um elemento eminentemente religioso, o que nunca aconteceu na França ou na Itália, e os conselhos de Toledo marcariam quase todos os momentos políticos importantes no século seguinte e não só. Até 702, houve dezoito concílios naquela cidade. Um dos resultados deste facto foi os reis terem começado a promulgar leis de perseguição aos judeus, a única minoria religiosa substancial que restava e que se tornaria cada vez mais indesejada ao longo do século seguinte. Estas leis constituíam a legislação antijudaica mais radical em toda a Europa até à Baixa Idade Média, embora seja possível que a conversão forçada ou a escravização que estas leis visavam nunca tenham acontecido, uma vez que nos séculos seguintes havia um grande número de judeus em Espanha. No entanto, uma parte crescente da legislação real assumiu

o mesmo tom estridente utilizado nas leis antijudaicas. Ervígio (680-687), por exemplo, pensou, em 683, que os tributos não pagos eram tão substanciais que levariam à destruição do mundo. Égica (687-702) pensou, em 702, que havia escravos em fuga, escondidos em cada cidade, aldeia e Estado e que todos os homens livres tinham a responsabilidade de os denunciar, sob pena de levarem duzentas chibatadas, se não o fizessem. Tudo parecia muito sério para os visigodos. Qualquer falha na unidade ou na obediência tinha consequências potencialmente fatais.[31]

Os historiadores levaram demasiado a sério a sensação de desgraça que encontramos, em particular, na legislação goda do fim do século VII. Eles sabem que, em 711, a maior parte de Espanha foi conquistada por árabes e berberes, depois de o rei visigodo Roderico ter sido morto numa batalha (ver o próximo capítulo), com várias partes da península num movimento centrífugo. Para eles, a Espanha já se tinha dividido muito antes. A arqueologia espanhola também mostra que a economia se tinha tornado muito localizada, variável e, em muitas áreas, francamente simples. As nossas escassas fontes não reais também apontam para diferenças sociais muito substanciais entre (por exemplo) uma região meridional com um estilo romano altamente urbanizado e uma região rural setentrional, com algumas sociedades realmente pouco complexas.[32] Como tal, os reis não podiam manter a sua homogeneidade ficcional a partir da sua capital, em Toledo, e é provável que a sua estridência mostre que eles tinham consciência disso mesmo. Isto pode ser verdade, mas é igualmente provável que os reis tenham sido pura e simplesmente influenciados pela retórica eclesiástica neste mundo extremamente moralizado – assim como terão sido influenciados pela retórica das leis do Império Romano, uma vez que os visigodos mantiveram um estilo governamental romano até ao fim, prestando muita atenção à forma legal, mesmo quando a política factual era confusa. Na realidade, a Espanha no século VII tardio era muito estável. Após Recaredo, que, tal como todos os reis visigodos depois de 507, não conseguiu fundar uma dinastia duradoura, a Espanha voltou a sofrer arremetidas, mas o velho Quindasvinto (642-653) acabou com estas conspirações, executando todos os potenciais rivais. As sucessões que se seguiram, embora frequentemente muito tensas, pelo menos não eram violentas. Os reis passaram a morrer de morte natural e as

Chris Wickham - Europa Medieval-Edições 70 (2019).pdf

24/03/2024, 13:47

37 de 251

rebeliões fracassaram quase até ao fim do reinado. Tal como na França, a aristocracia girava em torno da corte real, complexa e mais ritualizada do que qualquer outra, e que, como mostra a lei de Ervígio, continuou a cobrar impostos. Embora não conheçamos o valor dessas tributações – eram, provavelmente, baixas –, elas terão enriquecido sobretudo o rei, uma vez que o exército não era pago naquela altura, nem naquele reino, nem em qualquer região ocidental.[33] Contudo, tanto quanto podemos avaliar, esta aristocracia era muito menos abastada do que na França, sendo provável que a simplicidade crescente da cultura material descoberta pelos arqueólogos reflita isso mesmo. A corte real abastada terá sido ainda mais atrativa para os seus membros, dado que a sucessão raramente era hereditária e um deles poderia tornar-se rei. Portanto, longe de mostrar fraqueza, as provas do século VII tardio mostram que, tal como na França e não só, era possível manter uma prática governamental do estilo romano sem a base fiscal segura de que o Império Romano tinha gozado. Estas práticas também foram atualizadas, uma vez que os visigodos também foram influenciados pelo Império oriental que lhes foi contemporâneo.

Por fim, a Itália lombarda situava-se algures no meio. Os lombardos invadiram uma Itália ainda conturbada pela guerra entre romanos e godos, entre 568 e 569, uma Itália que os romanos orientais passariam a não defender bem depois disso. Porém, os lombardos constituíam uma força invasora muito desorganizada e, depois de dois reis sucessivos terem sido assassinados em 572-574, o território desmembrou-se em diversas unidades políticas diferentes, lideradas por duques. Estas voltaram a unir-se sob um governante único, em 584. O seu primeiro rei realmente poderoso, Agilolfo (590-616), derrotou a maioria dos seus rivais e estabeleceu a capital em Pavia. Quando a paz com os romanos orientais foi selada, em 605, já que estes se mantiveram na antiga capital italiana, Ravena, a Itália também se dividiu em vários pedaços diferentes. Os romanos controlaram a maior parte das zonas costeiras e as maiores cidades de Ravena, Roma e Nápoles, mas havia três grandes blocos do território lombardo, o reino da planície do Pó e da Toscana, no Centro-Norte, e dois ducados independentes no Centro-Sul, em torno de Espoleto, a norte de Roma, assim como Benevento, a norte de Nápoles, que separavam os territórios romanos. Este facto constituía

um sinal claro de fracasso, tanto dos lombardos, como dos romanos, que se prolongou. A Itália só voltaria a unificar-se em 1870. Embora os lombardos tenham estendido lentamente os seus territórios ao longo dos 150 anos seguintes, nunca conseguiram tomar Roma ou Nápoles, ou unificar as três entidades políticas separadas que se consideravam a si próprias como lombardas, mesmo sob o governo de dois dos seus monarcas mais ambiciosos e eficazes, Liutprando (712-744) e Astolfo (749-756), que absorveram Espoleto e, pouco depois, Ravena. Por isso, os lombardos nunca possuíram o impulso militar de Clóvis ou o ímpeto para a unificação de Recaredo. Embora tenham conseguido enfrentar os romanos, tinham dificuldades quando se defrontavam com os francos, que os dominaram intermitentemente no fim do século VI e nos inícios do século VII, derrotando o exército lombardo três vezes nas décadas de 750 e 770 e culminando na conquista do reino lombardo (embora sem Benevento), por Carlos Magno, em 773-774.[34]

Pode parecer insignificante, mas, na verdade, o reino lombardo também era o que possuía um governo mais firme dos três principais Estados sucessores. Era mais pequeno do que a Frância e, portanto, as ligações entre Pavia e as sociedades locais baseadas em cidades eram mais fáceis. Também era constituído por regiões menos diversificadas do que Espanha. A economia era certamente mais regionalizada e mais simples do que sob o império, mas não se observa a involução acentuada da complexidade económica que podemos ver em algumas partes de Espanha. Além disso, o urbanismo, ainda que a um nível modesto, sobreviveu do ponto de vista material em grande parte da península. A Itália consistia num conjunto de sociedades provinciais pequenas, mas estáveis, cujas elites habitavam quase sempre em cidades. Tal como em Espanha, também ali não existia um estrato aristocrático suficientemente abastado para fazer os reis recear a sua oposição sistemática (exceto, mais uma vez como em Espanha, quando se tratava de indivíduos bem-sucedidos, normalmente duques de uma das cidades, que tomavam o poder à força) e nenhum membro desse estrato teria possuído a habilidade de estabelecer uma base de poder local forte, dado o número de rivais que existiram em cada cidade. O reino lombardo estava muito arreigado a políticas de assembleia, tal como a Frância, mas, neste caso, a função principal tanto das assembleias reais, como

file:///D:/Users/Murillo/Downloads/Chris%20Wickham%20-%20Eu...
Chris Wickham - Europa Medieval-Edições 70 (2019).pdf
24/03/2024, 13:47
38 de 251

das locais, parece ter sido a lei e a justiça, mais do que a deliberação política. Pelo menos, é isto que as nossas fontes do século VIII, mais abundantes do que as relativas aos períodos anteriores, parecem revelar. As pessoas recorriam a Pavia e recebiam decisões reais, como podemos ver nos textos que mostram que os derrotados lhes obedeciam, assim como num conjunto substancial de decretos reais muito pormenorizados e únicos (em particular) de Liutprando. Existe um entusiasmo em algumas das soluções de problemas encontradas por Liutprando que não se encontra em qualquer outro procedimento legislativo daquele período – como, por exemplo, a solução para a pena a aplicar a um homem que roubasse a roupa a uma mulher enquanto esta estivesse a tomar banho no rio, forçando-a a voltar para sua casa nua. (Resposta: ele deve pagar-lhe todo o seu *wirigild*, preço de sangue, como se tivesse matado alguém, uma vez que, de outra maneira, certamente correria o sangue de vingança.) Esta era uma forma de governação pragmática, bastante moderada e barata, mas que parece ter funcionado. Depois de 774, os francos assumiram de facto os procedimentos de governação dos lombardos.[35]

Percorremos um longo caminho da complexidade, coerência e riqueza do Império Romano tardio. Nenhum destes Estados tributava seriamente por volta de 700, pelo que os padrões de governação eram muito mais simples. A economia também era muito mais simples (embora a parte setentrional da Gália tenha preservado uma rede de produção e troca mais relevante do que as outras regiões, o que se coadunava com a maior riqueza das suas elites). Nos reinos mediterrânicos, o ponto baixo desta tributação foi atingido, provavelmente, no século VIII. Mas não se estava perante um mundo fechado – havia sempre interligações e movimentos entre os reinos. Os reis lombardos chegaram a desenvolver um sistema de passaportes para viajantes que entravam através dos Alpes num período de tensão política com os francos.[36] E, sobretudo, era um mundo governado. Os três reinos pós-romanos usavam técnicas de governação diferentes, que se baseavam em documentos escritos e eram herdadas do mundo romano, juntamente com – na Frância e Itália, menos em Espanha – uma tradição de políticas de assembleias que aquele não possuía. Além disso, desenvolveram

as suas próprias práticas particulares: na Frância, assembleias régias deliberativas, assim como uma máquina de guerra eficaz e regular; em Espanha, uma tradição de políticas com uma componente moral e ritual forte; na Itália, um governo capilar, proativo e recetivo. Estas práticas, desenvolvidas em grande parte nos primeiros séculos medievais, irão ser usadas pelos Carolíngios nos séculos seguintes, como veremos no Capítulo 4.

file:///D:/Users/Murillo/Downloads/Chris%20Wickham%20-%20Eu...
Chris Wickham - Europa Medieval-Edições 70 (2019).pdf
24/03/2024, 13:47
39 de 251